

A espiritualidade inaciana expressa nas Constituições da Companhia de Jesus

Fábio Eduardo Cressoni

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP *campus* Franca)
Bolsista CAPES (Doutorado em História)

O projeto de conversão estabelecido pela Companhia de Jesus ao longo do antigo regime deve ser compreendido a partir da seguinte indagação: quais as motivações que moveram os inacianos a deslocarem-se para além do continente europeu? Qual o sentido das ações propostas pelos membros dessa Ordem? Mais do que os resultados desse processo, nos preocupamos em discutir as práticas desenvolvidas e seus respectivos significados.

Para tanto, faz-se necessária à compreensão do ideário que sustentava a ideia de missão entre os jesuítas. Conforme indica Certeau: “Qual é o significado *histórico* de uma doutrina no conjunto de um tempo? Segundo quais critérios compreendê-la? Como explicá-la em função dos termos propostos pelo período estudado?” (1982, p. 33). As perguntas apresentadas por esse historiador permitem-nos pensar na necessidade de aproximarmos o sentido da missão religiosa, dos textos tidos como fundadores da Companhia, que estavam a orientar o nascimento e desenvolvimento dessa instituição. Será, com efeito, a partir dessas fontes que poderemos encontrar o fio condutor do discurso expresso na produção simbólica inaciana quinhentista.

As práticas sociais jesuíticas davam-se em função do ajustamento social proposto por esse mesmo fio condutor. Persegui-lo e compreendê-lo faz parte do exercício de historiar o ideal missionário que moveu a Ordem. Os exemplos que aqui serão expostos são expressões da dinâmica cotidiana da vida. Nesse sentido, as experiências vivenciadas pelos padres se integravam à necessidade de se vivenciar os ensinamentos propostos por Inácio de Loyola nos *Exercícios Espirituais* e respeitar as regulamentações propostas pelas *Constituições*:

Para compreender o que fundamentou a conduta dos missionários jesuítas no Brasil no século XVI, é necessário tentar mostrar as “categorias” de pensamento dos jesuítas, restituir o sentido que eles dão à sua conduta. Para fazê-lo, torna-se essencial a análise dos textos jesuítas fundadores (as *Constituições* e os *Exercícios espirituais*): nestes o tema da missão é longamente desenvolvido, ele aparece como fundamento da identidade jesuíta. Inácio e seus primeiros companheiros tinham a ambição de fundar uma

Companhia aberta para o mundo que contribuísse, com sua atividade pelo globo, para construir uma maior glória de Deus (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 31).

Iremos nos deter nas *Constituições*, aprovadas no ano de 1540, por meio da bula *Regimini militantis Ecclesiae*, emitida pelo papa Paulo III, a partir da fundamentação dos preceitos da *Fórmula do Instituto*, aprovada um ano antes. Justificamos essa opção na medida em que procuramos encontrar a estrutura do pensamento jesuítico no estudo dessa documentação, articulando esses textos ao seu respectivo contexto:

Texto quer dizer *Tecido*; mas, enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu todo acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a idéia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura – o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesma nas secreções construtivas de sua teia. Se gostássemos dos neologismos, poderíamos definir a teoria do texto como uma hifologia (*hyphos* é o tecido e a teia da aranha) (BARTHES, 2010, p. 74-75).

Tratamos, pois, de investigar a hifologia jesuítica, indiciando estabelecer os traços da identidade inaciana a partir da compreensão dessas fontes. Seguimos, portanto, ao encontro do texto, considerando a necessidade de efetuarmos o descortinamento de suas aparências, considerando seu devido contexto histórico.

A partir do estudo das *Constituições*, podemos compreender a estrutura de organização e funcionamento da Companhia de Jesus e, por sua consequência, o ideal de missão tecido pela Ordem. Semelhante ao modelo político-teológico de organização social do Império português, conceitos muito bem definidos de hierarquia e ordem estão estabelecidos neste documento, permitindo a associação de seu conjunto normativo à exemplificação de um corpo humano.

Todos os participantes desse corpo eram regidos pelo governo de sua cabeça, neste caso representada pelo superior geral da Companhia. De maneira análoga à ideia de corpo social apresentada no capítulo anterior, o Superior representava a totalidade do *corpus* inaciano, expressando, ao mesmo tempo, sua direção e também a interdependência entre todas as partes, no sentido de garantir seu correto funcionamento. Considerando sua enorme influência, seu generalato seria sempre vitalício, de forma semelhante às administrações papais e seculares.

Mesmo dispersos, por ocasião do estabelecimento das missões ao longo do processo de expansão marítima europeia, seus integrantes permaneceriam ligados por laços de dependência mútua. Era preciso a todo instante reforçar a unidade do corpo social jesuítico, conforme o próprio texto aponta, a partir de repetidas passagens que aludem a sua atuação descentralizada, todavia regida pela governança central da cabeça dessa Ordem.

Essa regulamentação das relações entre os participantes desse corpo social buscava o estabelecimento e a manutenção de sua coesão, conforme acabamos de afirmar. Nesse sentido, é mais que necessário que se reúna o esparso (FABRE, 2000), estabelecendo a integração e a funcionalidade da ação pedagógica salvacionista proposta a partir da prática missionária. Esse processo de junção se dará a partir da organização e apresentação do conjunto de regras inerente aos ingressantes e demais participantes dessa Ordem, definindo, com efeito, a identidade jesuíta.

A longa formação proposta no momento inicial em que os noviços passavam a integrar a Ordem tinha por objetivo o fortalecimento dessa identidade junto aos futuros missionários. Essa condição transcorria pelo estabelecimento de seus estudos de maneira aprofundada, com especial atenção para a vivência dos *Exercícios Espirituais*. Se dispendo a moldar o indivíduo, preenchendo-o com o formato ideal proposto pela normatização jesuítica, esse modelo teria também a finalidade de afastar aqueles que não se ajustam a sua proposta, dispensando-os.

Considerando a dinamicidade da própria vida europeia quinhentista, a experiência social jesuítica não exigia que todos os padres fossem puramente iguais, mas que, ao agirem, procedessem todos da mesma maneira, configurando, pois, a referência à cabeça que deveria reger os demais membros dessa representação corpórea. Agir da mesma maneira não significava necessariamente que todos os procedimentos mediante as diferentes missões fossem semelhantes. Ao contrário. Estamos a tratar de uma ordem religiosa cuja principal característica se fundamentou em sua adaptabilidade, que permitia aos inicianos ajustarem suas práticas de acordo com as vivências desempenhadas, sem se distanciar do alinhamento devocional que definia sua forma de ser.

As *Constituições* reconheciam a necessidade do estabelecimento de um governo central, dirigido pelo Superior Geral por conta da questão da dispersão de seus membros. Logo no início de sua oitava parte, destinada a discutir as formas pelas quais a cabeça deveria unir os demais integrantes, espalhados pelo mundo, observamos a descentralização organizada em torno da manutenção de uma ordem e hierarquia pré-existentes:

Quanto mais difícil é a união desta Congregação, entre si e com sua cabeça, dada a sua dispersão pelas diversas partes do mundo, entre fieis e infiéis, tanto mais necessário é procurar todos os meios para a obter. De fato, a Companhia não pode manter-se, nem ser governada, nem por conseguinte atingir o fim que pretende para a maior glória de Deus, se os seus membros não estiverem unidos entre si e com a cabeça (2004, p. 187).

Para tanto, era preciso escolher bem seus integrantes, considerando a necessidade de não se admitir um número exagerado de candidatos. Para os jesuítas, uma grande quantidade de participantes poderia alterar o estágio de harmonia proposto pela organização da Ordem, pela ausência da eliminação de todos os vícios espirituais e temporais aos quais os homens estavam expostos: “Porque um grande número de pessoas não bem mortificadas nos seus vícios, torna impossíveis a boa ordem e união, tão necessárias em Cristo Nosso Senhor, para que se mantenha o bom estado e modo de proceder na Companhia” (Idem, ibidem, p. 187).

Esse processo de garantia do estabelecimento e manutenção da ordem ocorria principalmente pela adoção da obediência. Essa característica foi fundamental na construção da identidade jesuítica pelo seguinte motivo: dispersos com o processo de missionação, os inicianos foram se adaptando às novas experiências sociais vividas, conectando-as às mais diversas situações em que se viram inseridos. Os bancos escolares dos colégios e universidades garantiam uma formação específica ao futuro missionário. Entretanto, esta só se efetivaria de fato no momento em que o religioso fosse destinado a agir em terras desconhecidas.

Inácio de Loyola, em missiva endereçada aos padres e irmãos de Gandia¹ (1547), enfatizou a importância da garantia da unidade da Ordem, a partir do

¹ Cidade localizada na Espanha abrigou um dos primeiros colégios da Companhia nesse reino, fundado um ano antes da escrita dessa carta.

reconhecimento mútuo das funções de todas as suas partes, conectando essa multiplicidade a direção de sua cabeça. Pelo exemplo de Gandia definia-se a importância atribuída ao estabelecimento e a manutenção da hierarquia e ordem nessa instituição, legitimando, pois, a dimensão simbólica da obediência mediante esse processo:

(...) é importante para a conservação de todo o corpo da vossa comunidade, porque nenhuma multidão pode conservar-se como um corpo sem estar unida, nem pode unir-se sem ter uma ordem, nem pode ter ordem se não tem uma cabeça, à qual os outros membros fiquem subordinados pela obediência. Assim, se desejamos que se conserve o ser da vossa comunidade, é necessário desejar tenhais a alguém que seja a vossa cabeça (LOYOLA, 2006, p. 142).

Outros exemplos se seguiriam: Inácio estabeleceria uma referência à lógica corporativa de base político-teológica que devia reger a visão ocidental quinhentista, afirmando-a providencial na intenção de se garantir o ajustamento de todo o corpo social existente em diferentes esferas, desde um pequeno lar até a relação entre o rei e seus demais súditos. Aqui, esse processo vai sendo naturalizado, à medida que os argumentos eram de base material, mas suas explicações advinham de fundamentações que perpassavam pelo sentido religioso da explicação, ou seja, o indivíduo só poderia sentir-se sujeito daquela comunidade estando em relação com ela a partir desse desenho, que era vivenciado pelos homens, entretanto, arquitetado por Deus, no sentido da projeção da ação divina da graça:

Entrando, pois, no assunto, uma das muitas coisas que me movem é o exemplo universal com o qual nos ensinam todas as pessoas que vivem em comunidade com alguma ordem. Pois tanto nos reinos como nas cidades e nas suas associações e casas, tanto nos tempos passados como nos presentes, geralmente costuma-se reduzir o governo à unidade de um Superior, para evitar a confusão e desordem e governar bem a multidão. Certamente, se todos os homens de juízo e de razão concordam que algo é mais acertado, natural e conveniente, deve-se crer ser isso o mais acertado, natural e conveniente (Idem, ibidem, p. 138).

Se o providencialismo histórico fez-se imerso no discurso inaciano acerca da valorização da obediência entre os homens, sobretudo, na questão da dispersão dos religiosos pelo mundo, evidentemente que os argumentos que sustentavam esse cosmos interligariam a concepção de corpo social à experiência do *corpus mysticum*, seguindo a concepção paulina das atribuições de cada um dos cristãos,

na unidade da Igreja, de maneira semelhante às funções específicas do organismo humano. Reconhecendo essa condição, Inácio a dramatiza a partir de diferentes passagens bíblicas:

Mas ainda de muito maior eficácia é o exemplo vivo de Cristo nosso Senhor, o qual, vivendo em companhia de seus pais, “vivia submisso a eles” (Lc. 2,51); e entre eles os dois, a nossa comum Senhora a Virgem Maria era submissa a José; é a ele como cabeça que o anjo lhe fala: “Toma o menino e sua mãe” (Mt 2,13). O mesmo Cristo nosso Senhor, vivendo em companhia dos discípulos, dignou-se ser o prepósito deles. E quando teve de se afastar corporalmente, deixou a S. Pedro como prepósito dos outros e de toda a Igreja, encomendando-lhe o governo deles: “Apascenta as minhas ovelhas” (Jó 21: 17). E assim foi, mesmo depois que os discípulos ficaram cheios do Espírito Santo (Idem, ibidem, p. 138-39).

Além dos exemplos, movem também as razões. Porque se temos de considerar como melhor modo de viver aquele a quem se presta o serviço mais agradável a Deus, teremos por tal aquele em que todos fazem a oblação da obediência, a qual é a mais aceite entre todos os sacrifícios. “A obediência é melhor que o sacrifício e a submissão vale mais que a gordura dos carneiros” (1 Sam. 15: 22). (Idem, ibidem, p. 139).

Tem-se, aqui, evidentemente, um projeto missionário autônomo, que se fundamentava na integralização de todos os membros desse corpo social, tendo em vista as necessidades e práticas de cada província que haveriam de variar. Essa junção se daria pelo exercício exemplar dessa virtude, que se desdobrava em três outros adjetivos subsequentes:

Esta união realiza-se, sobretudo, pelo vínculo da obediência. Mantenha-se ela, portanto, sempre em seu vigor. Os que das casas são enviados fora, a trabalhar no campo do Senhor, devem, quanto possível, ser pessoas bem exercitadas na obediência. Os que têm cargos mais importantes na Companhia distingam-se dentre os outros pelo bom exemplo nesta virtude, sendo muito unidos com o seu Superior, e obedecendo-lhe com prontidão, humildade e devoção (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 188).

A obediência, neste caso, é tomada como virtude para o aperfeiçoamento do indivíduo que integrava a Ordem, sendo que sua efetivação somente poderia se dar a partir da aplicação da subordinação, em todos os níveis de escala, isto é, dos alunos para os professores, dos professores para os reitores e assim por diante. O mesmo se aplicava na relação entre os dirigentes dos colégios e os provinciais e, por último, nas ligações entre estes e o Geral da Companhia.

Em 1548, escrevendo ao padre André D'Oviedo, reitor do colégio de Gandia, por intermédio de seu secretário, o padre Juan Alphonso Polanco, Inácio retomaria o tema da ordem na constituição da identidade dos jesuítas, afirmando-a em função da subordinação de uns para com os outros, na intenção de se garantir a cooperação de cada indivíduo na totalidade desse *corpus*. As orientações enviadas à Espanha falavam da relação recíproca de dependência entre ambas as partes que compunham esta unidade, estabelecendo essa condição novamente pela via da sujeição, dada através do pacto com o Criador, por intermédio da Companhia:

Porque, em qualquer multidão, é necessário que haja ordem, para se evitar confusão e, portanto, há-de haver grande número de Superiores particulares. É preciso também que haja entre eles ordem de proeminência e de sujeição, a fim de que a subordinação de uns mantenha a união de todos e, como fruto disso, a própria existência e o bom governo da Companhia (LOYOLA, 2006, p. 157).

Cabe-nos lembrar que a subordinação não possuía o efeito de dominação ou opressão, conforme poderíamos pensar, a partir de uma interpretação pós-iluminista das *Constituições*. Estamos a tratar de uma organização que se moldava a partir de um conjunto de normas que visavam inserir o sujeito como participante de um projeto proposto e, havendo necessidade, reconduzir o mesmo a ele, reparando-o em sua forma de ser. A subordinação expressa neste documento operava justamente nesse sentido, procurando dividir as tarefas entre as partes integrantes do corpo, expressando a ideia de que a cooperação mútua entre todos configura e permitia seu pleno funcionamento, hierarquizando suas funções de maneira flexível, proporcionando a já mencionada adaptabilidade, por conta do processo de dispersão:

À mesma virtude da obediência está ligada a subordinação bem guardada dos Superiores, uns com relação aos outros, e dos súditos com relação aos Superiores. Assim, os que vivem numa casa ou colégio recorram ao Superior local ou Reitor, e deixem-se em tudo dirigir por ele; e os que vivem dispersos pela Província recorram ao Provincial, ou a algum superior local mais próximo, conforme as ordens recebidas. E todos os Superiores locais ou reitores estejam em comunicação estreita com o Provincial, e deixem-se guiar em tudo por ele. Procedam da mesma forma os Provinciais com relação ao Geral. Assim, guardada esta subordinação, manter-se-á a união que por ela, em primeiro lugar se realiza, com a graça de Deus Nosso Senhor (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 189-90).

Aqueles que não se dispusessem a participar da *communis unio* proposta a todos os integrantes desse corpo social deveriam ser afastados imediatamente dos quadros da Companhia: “Quando se vir que algum é causa de divisão entre os que vivem juntos quer entre si, quer deles com a cabeça, deve ser cuidadosamente separado da comunidade, pois é uma peste que pode infestá-la terrivelmente, se não lhe puser logo remédio” (Idem, *Ibidem*, p. 190). Aqui, as ações de valorização e respeito à ordem e à hierarquia no interior desse grupo social não significavam apenas a tentativa de garantir a manutenção de seu pleno funcionamento. Tratava-se, certamente, de um sentido maior, expressivo da face da identidade jesuíta.

Ao observarmos a união de diferentes homens em torno da Companhia, identificamos um movimento apostólico providencial, destinado à ideia de missão de mundo. A união implicou efetivamente o fortalecimento da instituição e conseqüentemente de seus objetivos. A adesão de seus membros a ela foi tomada sempre como um gesto de reverência e reconhecimento do providencialismo histórico agindo sobre os homens para a maior glória de Deus. Recusá-la parcialmente ou integralmente implicava em abandonar a ordem e hierarquia postas em prática não pelos homens, mas por Deus, sendo, por isso mesmo, reconhecidas como ações naturais mediante todas as experiências sociais vividas (PÉCORA, 1994). A solução destinada nestes casos, como podemos constatar, se aplicava a todos, sem distinções, considerando o perigo que se instalava, a exemplo da alegoria representada (peste), com a possível desarmonia de parte da cosmovisão inaciana.

Tanto a obediência como a subordinação só se tornariam possíveis de serem construídas nas relações entre o Superior Geral e os demais integrantes da Companhia, no sentido de uni-los, se seus componentes, sem distinções, adotassem outro elemento apresentado pelas Constituições: a bondade. Tendo em vista que os comportamentos anteriormente apresentados foram exigidos para o aperfeiçoamento dos candidatos e participantes da Ordem, os mesmos só se efetivariam a partir do conagraçamento divino com esta virtude: “(...) unidos com a divina e soberana Bondade, muito facilmente se unirão também entre si, graças àquele mesmo amor que dela há de descer para se derramar sobre o nosso

próximo, e particularmente sobre o corpo da Companhia” (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 191).

Esse processo também passava pelo estabelecimento de outros comportamentos, que interligavam as ideias de obediência, subordinação e bondade, resignificando a última em função das duas primeiras. Entre estes, o desprezo pelas coisas materiais, empregadas para utilização própria. Geradora de desordem e desarticuladora dessa união, os jesuítas se cercariam de regras nesse aspecto. Juízos e vontades (desejos internos), bem como formas de se vestir e conduzir as cerimônias (manifestações externas) deveriam ser uniformizados. Ademais, cabe lembrar que essa padronização levou em conta sempre o contexto missionário, isto é, a uniformização interna e externa ocorreu sempre no sentido de se buscar o ajustamento do outro, procurando convertê-lo e, por consequência, salvá-lo. Dessa maneira, muitas vezes, a adaptabilidade jesuítica entrava em jogo na perspectiva de regular a união do corpo, obrigando os inicianos a se fazerem vigilantes entre si nessas questões, ao mesmo tempo em que diferentes níveis de transformação na sua forma de ser foram sendo constituídos pelas novas experiências sociais desempenhadas a partir do processo de expansão.

É necessário ainda termos em vista que os jesuítas, de acordo com o modelo corporativo estabelecido, possuíam dois corpos: um corpo natural e um corpo político. O primeiro dizia respeito ao próprio indivíduo, considerando as diferentes fases de sua vida mundana (infância, juventude, vida adulta e velhice). Já o segundo era carregado de significado simbólico, representativo de uma forma de ser específica que, aos poucos, iria definindo a identidade jesuíta. Esse movimento de duplicidade corpórea teria ocorrido em meio ao objetivo maior da Companhia, de maneira tênue, pois a obediência, subordinação e bondade poderiam rapidamente se esvaziar mediante os conflitos internos e externos enfrentados nas missões, colocando em xeque a separação dos dois corpos aqui existentes.

O processo de articulação do governo geral jesuítico com as demais partes do já mencionado corpo social também dependia das virtudes desempenhadas pelos superiores. O segundo capítulo da nona parte aborda justamente seis qualidades imprescindíveis ao dirigente máximo da ordem, a fim de se exemplificar

a identidade dos que estavam a se formar e dos quadros já integrantes da missão.

Os jesuítas deviam aprender a se ponderar, a partir do exemplo de seu Superior, tendo como referência justamente o fato de estarem em permanente contato com a diversidade exterior do mundo moderno: “Também lhe é muito necessária à prudência nos negócios exteriores, e na maneira de tratar questões tão diversas, e de lidar com homens tão diferentes, quer na Companhia, quer fora dela” (Idem, *ibidem*, p. 207).

Se inicialmente a missão se fundamentou no sentido de se combater os hereges e pagãos espalhados pela Europa, a partir das orientações tridentinas, a expansão da presença jesuítica em outras regiões foi plasmando novos contornos aos religiosos, conforme a condição experimentada. O espírito missionário inaciano conduziu os evangelizadores a outras espacialidades. Os meios físicos vivenciados a partir de então passaram a se diferenciar do conhecimento anteriormente vivido. Todavia, enquanto representantes da Igreja católica, os jesuítas foram se adaptando aos mais variados meios, procurando ressignificá-los em conformidade com a justificativa da presença divina.

Referências Bibliográficas:

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Trad. J. Guinsburg. 5ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**. Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil: 1580-1620. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: Edusc, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares [1540]. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FABRE, Pierre-Antonie. **Ils iront en pèlerinage... L' "expérience" du pèlerinage selon l' "Examen général" dès Constitutions de la Compagnie de Jésus et selon les pratiques contemporaines**. In : BOUTRY, Philippe ; FABRE, Pierre-Antoine ; JULIA, Dominique. *Rendre ses vœux. Les identités pèlerines dans l'Europe moderne (XVIe-XVIII siècles)*. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2000, p. 159-188.

LOYOLA, Inácio de. **Cartas** [1526-56]. COELHO, António José (Org.). Braga: Editorial A.O., 2006.

PÉCORA, Alcir. **Teatro do sacramento**. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira. São Paulo: Edusp, Campinas: Unicamp, 1994.